

3805754 - 1854361

Custas: R\$
Total 847,35



Eml 598,63-FETJ 122,94-RPD 16,10-MN 11,27-AC 0,22-FUNPERJ
29,93-FUNPERJ 29,93-FUNARPEV 23,94
Registrado e digitalizado em 07/07/2014

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**



ENTRE

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
como Emissora,

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.
como Fiadora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
*representando a comunhão dos titulares
adquirentes das debêntures objeto da presente emissão*

Datado de
2 de julho de 2014

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.



Pelo presente instrumento particular,

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A., sociedade sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Real Grandeza, nº 274, parte, Botafogo, CEP 22.283-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 18.494.537/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A., sociedade com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar, Vila Olímpia, CEP: 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Fiadora” ou “EDP”);

E, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, sala 514, bloco 04, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão (“Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Emissora, “Partes”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.*” (“Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. Emissão

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 2 de julho de 2014 (“AGE”), conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e no item “k”, do parágrafo único, do artigo 18 do estatuto social da Emissora.

1.2. Garantia Fidejussória

A garantia fidejussória outorgada pela Fiadora no âmbito da Emissão é concedida com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 2 de julho de 2014 (“RCA”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. Dispensa automática do registro na CVM e do registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, nominativas, escriturais, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), sob regime de garantia firme de colocação, será distribuída nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA") exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, §2º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), não sendo aplicáveis à Emissão as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento.

2.2. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no Jornal Brasil Econômico, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata de RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Jornal Brasil Econômico.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCERJA

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão inscritos na JUCERJA, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma via original ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) após o seu efetivo arquivamento.

2.4. Registro da Garantia Fidejussória no Registro de Títulos e Documentos

Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pela Fiadora, esta Escritura de Emissão e seus eventuais Aditamentos posteriores deverão ser registrados no competente registro de títulos e documentos do domicílio das partes contratantes e uma via original de cada registro será entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados do efetivo registro.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e para negociação no mercado secundário no CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as distribuições

e negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel, no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará (incluindo as respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora), nos termos do Leilão de Geração 10/2013 ANEEL (“UHE São Manoel”), e executar outras atividades que sejam correlatas.

3.2. Número de Emissão

A presente Escritura de Emissão contempla a 1ª emissão de Debêntures da Emissora, que serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$532.000.000,00 (quinhentos e trinta e dois milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.8 abaixo).

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures será utilizada para a execução dos investimentos iniciais previstos para a construção da UHE São Manoel. Até a liberação das licenças ambientais aplicáveis, os recursos obtidos por meio da Emissão deverão ser destinados exclusivamente ao pagamento de fornecedores assim como a outras finalidades que sejam precedentes ao início das obras da UHE São Manoel.

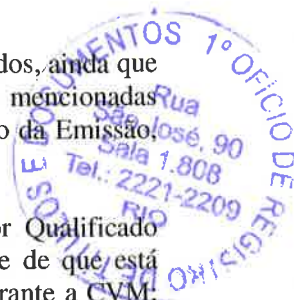
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, a ser prestada pelo BB - Banco de Investimento S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.” (“Contrato de Distribuição”).

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado

que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).



3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara, dentre outros assuntos, que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O Banco Citibank S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80, com sede na Av. Paulista, nº 1.111 – 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é o banco liquidante da Emissão, bem como o responsável pela escrituração das Debêntures (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 53.200 (cinquenta e três mil e duzentas) Debêntures.

Handwritten signature and initials.

Handwritten mark.

Handwritten mark.

Handwritten signature and initials.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP.

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão será 15 de julho de 2014 (“Data de Emissão”).

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vigência de 18 (dezoito) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 15 de janeiro de 2016 (“Data de Vencimento”).

4.2. Atualização Monetária, Amortização e Remuneração

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela, a ser realizada na Data de Vencimento.

4.2.3. Remuneração: As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a juros correspondentes à variação acumulada de 111,50% (cento e onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada “Taxa DI *over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures (“Data da Primeira Integralização”) até a Data de Vencimento e pagos ao final do Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo) e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas Debêntures CETIP21”, disponível para consulta na página da Internet da CETIP (<http://www.cetip.com.br>), de acordo com a fórmula a seguir (“Remuneração”).

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

“J”: valor da Remuneração relativa a cada uma das Debêntures, acumulada no período, devida no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe”: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator DI”: corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

“p”: 111,50 (cento e onze inteiros e cinquenta centésimos).

“k”: corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“ n_{DI} ”: corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

“ TDI_k ”: corresponde à Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“ DI_k ” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

observado, ainda:

(A) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(B) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(C) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(D) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.3.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição para apuração de TDI_k , o valor da última taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações

financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.3.2. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro Dia Útil seguinte ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.2.3.4. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a legalmente substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da substituição, convocar AGD para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.3.5. Caso não seja legalmente prevista taxa de substituição da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar AGD para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.6. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação (conforme definida abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso.

4.2.3.7. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.2.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será realizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou com o saldo do Valor Nominal Unitário, exceto quando: (i) da ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula V abaixo; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Cláusula 4.2.3.6 acima ou, ainda, (iii) da ocorrência da hipótese de Resgate Antecipado Total ou Amortização Extraordinária Parcial previsto na Cláusula 4.5 abaixo.

4.2.4.1. Define-se período de capitalização (“Período de Capitalização”) como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização e termina na Data de Vencimento.

4.2.4.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à Data de Vencimento.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, sendo certo que todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas na mesma data.

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, observados os prazos de cura, conforme aplicável, utilizando-se os procedimentos adotados: (a) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a: (a) multa moratória de 2% (dois por cento), calculada sobre os valores em atraso e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis*, calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas (“Encargos Moratórios”).

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório ou multa no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Liquidante, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.4. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.



4.5. Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária Parcial

4.5.1. Não será permitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja total ou parcial, ou a amortização extraordinária facultativa das Debêntures pela Emissora, com exceção do disposto: (i) na Cláusula 4.2.3.6 acima; ou (ii) nas hipóteses previstas abaixo.

4.5.2. A Emissora realizará o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Total") ou a amortização extraordinária parcial das Debêntures ("Amortização Extraordinária Parcial") em decorrência de condição e/ou exigência para a celebração de contrato de financiamento de longo prazo com (ou com recursos do) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("Financiamento BNDES" e "BNDES", respectivamente).

4.5.3. Resgate Antecipado Total. O Resgate Antecipado Total deverá ser precedido de notificação escrita a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis à realização do pagamento do Resgate Antecipado Total, que deverá conter:

- (i) a data indicada e o procedimento para o a realização do Resgate Antecipado Total, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (ii) menção que o valor devido aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Total será calculado conforme previsto na Cláusula 4.5.4 abaixo;
- (iii) quaisquer outras informações consideradas relevantes à operacionalização do Resgate Antecipado Total.

4.5.3.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título do Resgate Antecipado Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do efetivo resgate e de demais encargos devidos e não pagos até a Data do efetivo resgate, sendo certo que não haverá incidência de qualquer prêmio.

4.5.3.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado Total seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que o Resgate Antecipado Total deverá ser comunicado pela Emissora à CETIP, por meio de correspondência com a anuência expressa do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 02 (dois) Dias Úteis da data de sua realização.

4.5.3.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.5.4. Amortização Extraordinária Parcial. A Amortização Extraordinária Parcial deverá ser precedida de notificação escrita a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária Parcial, que deverá conter:

- (i) a data indicada e o procedimento para o a realização da Amortização Extraordinária Parcial, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização;



- (iii) menção que o valor devido aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária Parcial será calculado conforme previsto na Cláusula 4.5.4.1 abaixo; e
- (iv) quaisquer outras informações consideradas relevantes à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

4.5.4.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Facultativa Parcial será equivalente a no máximo 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização até a data da efetiva amortização e de demais encargos devidos e não pagos até a Data da efetiva amortização, sendo certo que não haverá incidência de qualquer prêmio.

4.5.4.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização da Amortização Facultativa Parcial seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que a Amortização Facultativa Parcial deverá ser comunicado pela Emissora à CETIP, por meio de correspondência com a anuência expressa do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 02 (dois) Dias Úteis da data de sua realização.

4.6. Aquisição Facultativa

4.6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM.

4.6.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 4.6.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.7. Garantia Fidejussória

A Emissão contará com garantia fidejussória a ser outorgada pela Fiadora, assim como por Fiança Bancária (observado o disposto na Cláusula 6.2 abaixo) a ser prestada por determinada instituição financeira, conforme definido e nos termos da Cláusula VI abaixo.

4.8. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no DOERJ e no Jornal Brasil Econômico, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores www.edpbr.com.br. Eventual alteração nos jornais de publicação da Emissora poderá ser feita mediante simples notificação ao Agente Fiduciário, desde que observada a Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de

Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, Encargos, Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses e desde que observados os prazos de cura, conforme aplicável (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”):

- (i) não pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário a respeito do referido inadimplemento;
- (ii) descumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora, no prazo e na forma devidos, de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário a respeito do referido inadimplemento;
- (iii) decretação de falência, liquidação ou dissolução, conforme o caso, da Emissora e/ou da Fiadora bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (iv) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (v) perda ou término antecipado de quaisquer das concessões, ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, da concessão de energia elétrica da Emissora e/ou da Fiadora, quando aplicável;
- (vi) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, em caso de inadimplemento pela Emissora de suas obrigações decorrentes da Emissão;
- (vii) cisão, fusão, incorporação, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique na alteração do seu controle acionário atual, nos termos dos artigos 116 e 118 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (a) se a referida alteração resultar em mudança do controle societário da Emissora para outra sociedade do mesmo grupo econômico da Emissora, desde que a EDP permaneça no bloco de controle direto ou indireto da Emissora; ou (b) se pela venda e/ou alienação de 50% (cinquenta por cento) da participação societária detida pela EDP no capital social da Emissora (isto é, venda ou alienação de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do capital social da Emissora pela EDP) à CWEI (Brasil) Participações Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.014.221/0001-47 (“CWEI”); ou (c) se houver sido obtida a anuência prévia de Debenturistas que representem 3/4 (três quartos) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD;
- (viii) notificação de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor, individualmente seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) para a Emissora e/ou para Fiadora, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, nesta Escritura de Emissão;
- (ix) protesto cambiário contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), desde que

referido protesto não seja contestado de boa-fé pela Emissora e/ou pela Fiadora e não seja sanado no prazo de 30 dias; e

- (x) destinação dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures para finalidade diversa da prevista nesta Escritura de Emissão.

5.2. As Debêntures resgatadas em decorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático serão canceladas.

CLÁUSULA VI GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

6.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, das Debêntures assumidas nesta Escritura de Emissão incluindo, mas não se limitando, aos Encargos Moratórios, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de eventuais ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Obrigações Afiançadas") a Fiadora comparece à presente Escritura de Emissão, como fiadora e principal pagadora de proporção das Obrigações Afiançadas equivalente ao percentual de sua participação no capital social da Emissora, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança EDP"). Adicionalmente, a Emissora deverá apresentar até a Data de Emissão fiança bancária a ser contratada por Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") para garantir o valor das Obrigações Afiançadas em proporção equivalente ao percentual da participação de Furnas no capital social da Emissora e com prazo de vigência igual ao prazo de vigência das Debêntures, observados os prazos de cura previstos na Cláusula 5.1 (ii) acima e o prazo de pagamento previsto na Cláusula 6.4 abaixo, a ser prestada por qualquer uma das seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco Safra S.A, Banco Santander (Brasil) S.A. ("Fiança Bancária").

6.1.1 Uma vez que, atualmente, a participação da EDP no capital social da Emissora é de 66,67% (sessenta e seis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) e que a participação de Furnas no capital social da Emissora é de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), a Fiança EDP e a Fiança Bancária somadas garantem exatamente 100% (cem por cento) das Obrigações Garantidas.

6.1.2 Durante todo o período de vigência das Debêntures, as garantias fidejussórias deverão somar e, portanto, garantir no mínimo 100% (cem por cento) das Obrigações Garantidas, sendo certo que qualquer substituição das garantias atualmente prestadas, nos termos desta Cláusula VI, deverá observar esse preceito, sob pena não serem consideradas válidas e sob pena de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente e automaticamente vencidas as Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1 (ii) acima.

6.2. A Fiança Bancária poderá, a exclusivo critério da Emissora, a qualquer momento, ser substituída por garantia fidejussória a ser prestada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), que deverá assegurar o cumprimento das Obrigações Afiançadas em proporção exatamente igual à que estava sendo assegurada pela Fiança Bancária. A garantia fidejussória a ser prestada pela Eletrobras deverá conter os mesmos termos e condições da Fiança EDP, incluindo renúncia aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos na Cláusula 6.1 acima.

6.2.1. Qualquer substituição da Fiança Bancária dependerá de prévia aprovação dos titulares de Debêntures, reunidos em AGD, que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação.



6.2.2. As Partes desde já acordam que, na hipótese da substituição de garantias mencionada na Cláusula 6.2 acima, será celebrado um aditamento a esta Escritura de Emissão para incluir a Eletrobras como parte e como fiadora da Emissão, bem como para que sejam efetuados os demais ajustes necessários, incluindo, sem limitação, a alteração da definição de "Fiadora" para "Fiadoras", que se referirá à EDP e à Eletrobras, em conjunto, em todas as Cláusulas desta Escritura de Emissão.

6.2.3. Na hipótese da substituição de garantias mencionada na Cláusula 6.2 acima, mediante celebração de aditamento da presente Escritura de Emissão, não será devido qualquer taxa, prêmio, custo operacional ou qualquer outro encargo semelhante pela Emissora aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário.

6.3. Na hipótese de a CWEI passar a ser acionista da Emissora, mediante a aquisição de parte do capital social da Emissora detida pela EDP e observado o previsto na Cláusula 6.1.1 acima, fica admitida a redução da Fiança EDP proporcionalmente à redução da sua participação acionária na Emissora, desde que de forma simultânea à contratação de fiança bancária a ser contratada pela CWEI para garantir o valor das Obrigações Afiançadas em proporção equivalente ao percentual da participação da CWEI no capital social da Emissora ("Fiança CWEI"), sendo certo que somente a partir da apresentação da Fiança CWEI, passará a EDP a responder por percentual reduzido das Obrigações Afiançadas, sendo que:

- (i) se a CWEI passar a ser acionista da Emissora e for apresentada a comprovação da contratação da Fiança CWEI até a Data da Primeira Integralização, a Fiança CWEI poderá ser prestada por qualquer uma das instituições financeiras elencadas na Cláusula 6.1 acima;
- (ii) se a CWEI passar a ser acionista da Emissora e for apresentada a comprovação da contratação da Fiança Bancária após a Data da Primeira Integralização, a Fiança CWEI deverá ser aprovada previamente por titulares de Debêntures reunidos em AGD, que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação.

6.3.1. Em qualquer hipótese, a Fiança CWEI deverá conter os mesmos termos e condições da Fiança Bancária, incluindo renúncia aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos na Cláusula 6.1 acima.

6.3.2. Na hipótese de a CWEI passar a ser acionista da Emissora, não será devido qualquer taxa, prêmio, custo operacional ou qualquer outro encargo semelhante pela Emissora aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, para que seja efetuada a sua admissão no capital social da Emissora e/ou a celebração de aditamento da presente Escritura de Emissão para consignar, entre outros assuntos, sua condição de acionista na Emissora.

6.4. O Agente Fiduciário notificará a EDP e as instituições financeiras que tiverem prestado a Fiança Bancária e, se for o caso, a Fiança CWEI, sobre a falta de pagamento, no Dia Útil seguinte ao prazo de cura referido na alínea "i" da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, ou ainda àquelas devidas ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pela EDP e pelas instituições financeiras que tiverem prestado a Fiança Bancária e, se for o caso, a Fiança CWEI, na proporção indicada na Cláusula 6.1 acima, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado a partir do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário, diretamente a favor dos titulares das Debêntures.

6.5. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Fiadora.



6.6. A Fiança EDP é prestada pela Fiadora no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente da Fiança Bancária e/ou de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

6.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora será admitida ou invocada pela Fiadora com o fim de escusar-se ao cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito desta Emissão.

6.8. A Fiança EDP entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida, vigente e eficaz em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas.

6.9. A Fiança EDP permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nesta Escritura de Emissão.

6.10. A Fiança EDP poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Afiançadas, respeitada a proporção prevista na Cláusula 6.1 acima.

6.11. A Fiadora se sub-rogará no crédito devido pelos Debenturistas contra a Emissora, observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Afiançadas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

6.12. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança EDP após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VII


OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e das demonstrações financeiras consolidadas da EDP e de eventuais outras fiadoras, devidamente auditadas, relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM, além de declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento das obrigações dispostas na presente Escritura de Emissão;
- (ii) em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, na medida em que o fornecimento de tais informações não seja vedado por legislação a que a Emissora ou seu Grupo Econômico estejam sujeitos;

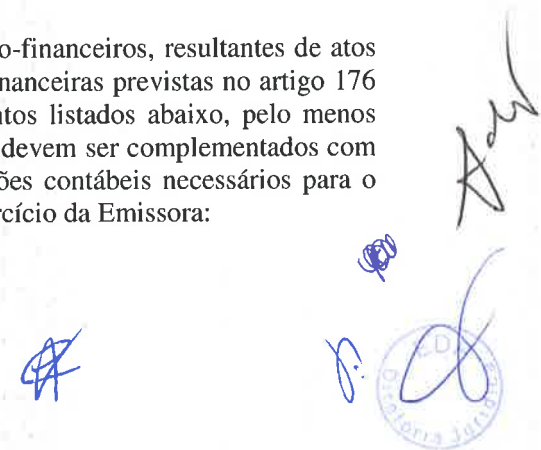


- 
- (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, no prazo de 1 (um) Dia Útil após o conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites e desde que respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão;
 - (iv) cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL recebida pela Emissora relativa a uma causa de término de suas respectivas concessões, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do seu recebimento;
 - (v) informar e enviar ao Agente Fiduciário os documentos necessários à realização do relatório anual, elaborado conforme alínea "I" da Cláusula 8.4 desta Escritura de Emissão, os quais incluem o organograma, todos os dados financeiros e atos societários, conforme Instrução CVM 28 (conforme definida abaixo) referentes ao exercício social imediatamente anterior, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário e que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para divulgação pelo Agente Fiduciário, nos termos do Artigo 12, alínea XVIII, da Instrução CVM 28 (conforme definido adiante). O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle;

7.1.2. Cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, quais sejam:

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter anualmente suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar anualmente suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores (www.edpbr.com.br), dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no subitem "iii", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder; e
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

7.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, assim como dos documentos listados abaixo, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, os quais devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:



- (i) balanço patrimonial;
- (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido, com inclusão da demonstração dos lucros e prejuízos acumulados;
- (iii) demonstração do resultado do exercício;
- (iv) demonstração de fluxo de caixa;
- (v) parecer dos auditores independentes; e
- (vi) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;



7.1.4. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto por aqueles que estejam sendo contestados judicial ou administrativamente pela Emissora.

7.1.5. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com as Leis das Sociedades por Ações e com as regras da CVM.

7.1.6. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM.

7.1.7. Manter seus bens e ativos, considerados indispensáveis ao fiel desenvolvimento e operação das atividades da Emissora, devidamente segurados.

7.1.8. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.

7.1.9. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos. Inclusive manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto por aqueles que estejam sendo contestados judicial ou administrativamente pela Emissora.

7.1.10. Manter válidas e regulares até a Data da Primeira Integralização as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão.

7.1.11. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures conforme descrito na Cláusula 3.4 acima.

7.1.12. Notificar o Agente Fiduciário em 5 (cinco) Dias Úteis contado do conhecimento sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras), ou nos negócios da Emissora e/ou da Fiadora que, a critério da Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura de Emissão.

7.1.13. Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP.

7.1.14. Manter em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento.

7.1.15. Contratar e manter em vigor durante todo o prazo de vigência das Debêntures pelo menos uma agência de classificação de risco que seja a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco: (i) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, até a Data de Vencimento; (ii) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (iv) comunicar ao Agente Fiduciário, no Dia Útil subsequente, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

7.1.16. Apresentar o relatório de classificação de risco da Emissão elaborado por qualquer uma das agências de classificação de risco indicadas na Cláusula 7.1.15 acima ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data da Primeira Integralização.

7.1.17. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos da referida manutenção.

7.1.18. Cumprir com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. Remuneração do Agente Fiduciário

8.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) parcelas anuais de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) cada, sendo a primeira devida até o 5º Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (ii) as parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (iii) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos desta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.2.1.1. O pagamento da remuneração prevista no caput desta Cláusula será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.2.1.2. A remuneração prevista no caput desta Cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.2.1.3. Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias, alimentações e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ocorrer conforme previsto na Cláusula 8.6.2 abaixo.

8.2.1.4. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 8.6 a seguir.

8.2.1.5. Os serviços cobertos pela remuneração prevista na Cláusula 8.2.1 "a" são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), na Lei das Sociedades por Ações, nesta Escritura de Emissão e nos demais atos normativos da CVM.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à

Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

8.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado a Cláusula 8.3.2 acima.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCESP e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das partes desta Escritura de Emissão, conforme previsto na Cláusula 2.3 acima.

8.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante a órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora e/ou da Fiadora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 4.8 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. aquisição facultativa e pagamento de Remuneração realizadas no período;
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - viii. declaração sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - ix. resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e





- x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
- (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso “l” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) em seu escritório;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e
 - (m.5) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (n) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e/ou a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da ciência de qualquer inadimplemento pela Emissora

(observados os prazos de cura correspondentes), de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:



q.1) à CVM; e

q.2) à CETIP;

- (r) divulgar as informações referidas na alínea "x" do item "I" desta Cláusula em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (s) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou *website* o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pelo Agente Fiduciário e acompanhado pela Emissora, a qual informará qualquer discrepância ao Agente Fiduciário; e
- (t) emitir quitação de valores devidos de juros e amortização das debêntures, desde que antes os mesmos sejam confirmados pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador Mandatário.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Emissora e/ou da Fiadora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos "i" a "iii" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto no inciso "iv" acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e demais atos normativos da CVM aplicáveis, estando este isento, sob

qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

8.6. Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, desde que devidamente comprovadas, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. As despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sendo que no caso de despesa individual acima de R\$3.000,00 o Agente Fiduciário deverá tão somente comunicar a Emissora que a despesa será efetuada, dentro dos padrões de mercado, apresentando as cópias dos respectivos comprovantes, e sempre respeitando os limites de razoabilidade.

8.6.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas nas Cláusulas 8.6.1. e 8.6.2. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.6.3.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 8.6.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora relativa aos pagamentos devidos ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.2 acima.

8.6.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6.4.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6.4 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

8.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

9.1.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e

eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.1.7. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula e nesta Escritura de Emissão, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que os seguintes assuntos deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: alterações referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como aos encargos aplicáveis às Debêntures, à periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, à Remuneração e/ou aos Prazos e condições de vencimento (excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização decorrentes do disposto nas Cláusulas 4.2.3.4. a 4.2.3.6 acima), Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como das Hipóteses de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, e/ou dispositivos sobre *quora* previstos nesta Escritura de Emissão, assim como matérias relacionadas aos termos e condições das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvados os casos em que houver sido estabelecido quórum específico, incluindo o disposto na Cláusula VI desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA X
DECLARAÇÕES E GARANTIAS



10.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (i) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (iii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (iv) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (v) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (vii) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (x) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (xi) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xii) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (a) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora ("2ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e (b) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição

pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora ("3ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 12 de agosto de 2015, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão;

- (xiii) de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, disponibilizadas à CVM, o patrimônio líquido consolidado da Fiadora traduz-se em R\$ 6.253.173,00 (seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e três reais). A Fiança mostra-se, assim, suficiente em relação às Obrigações Afiançadas; e
- (xiv) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

10.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

10.2. A Emissora neste ato declara e garante que:


- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (v) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) para o recebimento da outorga da UHE São Manoel exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere a autorizações e licenças que serão obtidas ao longo da construção da UHE São Manoel, conforme cronograma de construção usualmente praticado no setor elétrico e cuja falta não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (vi) a Emissora não tem conhecimento do descumprimento de leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos,

normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora, para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures ou que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- (vii) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (viii) a Emissora não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental da(s) qual(is) seja parte, que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (ix) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (x) todas as informações prestadas por ocasião da Emissão, incluindo informações a respeito da Oferta, das Debêntures, da Emissora e de suas atividades e situação econômico-financeira são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (xi) a Emissora é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.
- (xii) a Emissora cumpre rigorosamente, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social; e
- (xiii) a Emissora deverá observar a destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão prevista na Cláusula 3.4 acima e se responsabilizar por todos as consequências oriundas do não atendimento da referida disposição.

10.3. A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

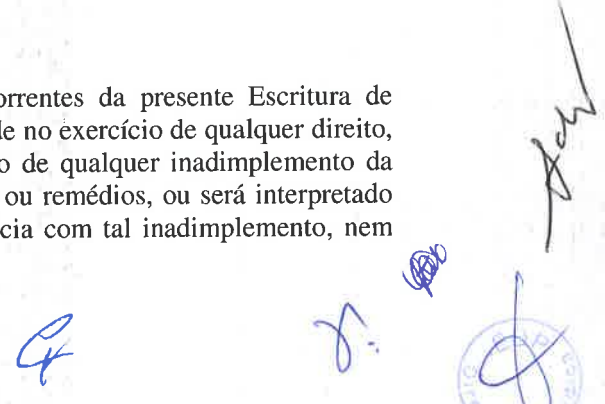
- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das suas obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- 
- (iii) os representantes legais da Fiadora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (v) não tem conhecimento a respeito do descumprimento de leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Fiadora, para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures ou que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (vi) as demonstrações financeiras da Fiadora relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Fiadora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados no Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Fiadora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (viii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (ix) que todas as informações prestadas por ocasião da Emissão, incluindo informações a respeito da Oferta, das Debêntures, da Fiadora e de suas atividades e situação econômico-financeira são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (x) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem



constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



11.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Empresa de Energia São Manoel S.A.

Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 10º andar - Vila
CEP 04547-006 - São Paulo - SAT.: Cesare Barghetti Junior
Tel.: 55 011 2185-5537
Fax: 55 011 2185-5100 ou 5987
E-mail: cesare.junior@saomanoelenergia.com.br

Para a Fiadora:

EDP – Energias do Brasil S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar
CEP 04547-006, São Paulo - SP
At.: Sra. Maytê Albuquerque
Tel.: 55 011 2185-5023
Fax: 55 011 2185-5167
E-mail: mayte.albuquerque@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Bairro Barra da Tijuca
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Banco Citibank S.A.

Av. Paulista, nº 1.111 – 6º Andar - Cerqueira César
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Agency and Trust Operações (Sra. Paula Gomes Castilho)
Tel: (11) 4009.7088
Fax: (11) 2122-2057
E-mail: sfs.agency.trust@citi.com

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP 01452-002 - São Paulo - SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br



11.3.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.3.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5. Efeito Vinculante

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6. Independência das Disposições

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.7. Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.8. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2014.

[Handwritten signatures and stamps]

Página de assinaturas 1 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A., celebrado entre a Empresa de Energia São Manoel S.A., a EDP – Energias do Brasil S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 2 de julho de 2014.



EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.

Nome: CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE

Cargo: 364.349.064-04

Nome:

Cargo: André Luiz de Castro Pereira
Diretor



Página de assinaturas 2 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A., celebrado entre a Empresa de Energia São Manoel S.A., a EDP – Energias do Brasil S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 2 de julho de 2014.



EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Nome:

Cargo: **Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Diretor Vice Presidente

Nome: **DONATO DA SILVA FILHO**

Cargo: **172.222.108-90**



Página de assinaturas 3 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A., celebrado entre a Empresa de Energia São Manoel S.A., a EDP – Energias do Brasil S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 2 de julho de 2014.



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marcelle Santoro

Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

Página de assinaturas 4 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A., celebrado entre a Empresa de Energia São Manoel S.A., a EDP – Energias do Brasil S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 2 de julho de 2014.



TESTEMUNHAS:

Nome: Césare Barghetti Junior
RG: 10208454
CPF: 857.287.568-91

Nome: Cleverson Murakawa
RG: 268.649.628-22
CPF: 28.901.618-6

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EAGI 84104 BEE

Consulte a validade do selo em
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



1º Office do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro

Apresentado hoje, protocolado e
registrado em mídia ótica sob o No.

1854361

Rio de Janeiro, 07/07/2014
CYNTHIA CAMERINI MAGALHAES
02102626725